

Respostas



29/09/2021 17:22

Tipo

Resposta Conclusiva

Responsável

Coordenação de Arquivo Geral

Decisão

Acesso Concedido

Especificação da decisão

Resposta solicitada inserida no Fal

Destinatário Recurso 1ª

Pró-Reitoria de Gestão Adminis

Prazo para recorrer

11/10/2021

Anexos [Questionário - Preservação digital de docs..docx](#)

Prezado (a) Sr. (a).,

Em atenção à manifestação
de acesso à informação nº
23546.064311/2021-78,
encaminhamos em anexo a

Prezado (a) Sr. (a).,

Em atenção à manifestação de acesso à informação nº 23546.064311/2021-78, encaminhamos em anexo a resposta disponibilizada pela Coordenação de Arquivo Geral.

Esclarecemos que o direito de acesso à informação compreende as informações produzidas e custodiadas pelo órgão (disponíveis em documentos, arquivos, estatísticas ou em outras publicações) e o recebimento de orientações para localização das informações, conforme art. 7º, inciso II da Lei nº 12.527/2011.

Um estudo ou uma investigação preliminar pode ser considerado um documento elaborado para fundamentar uma tomada de decisão e, portanto, é um documento preparatório. De acordo com o art. 7º, parágrafo 3º da Lei nº 12.527/2011, o documento preparatório poderá ser concedido a partir da edição do ato decisório final.

Atenciosamente,
Serviço de Informação ao Cidadão
Universidade Federal de Pernambuco

Eventuais recursos devem ser dirigidos à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão (Art. 21 Decreto 7.724/2012). Nesse caso, deve-se clicar no botão correspondente no sistema e apresentar as razões do recurso. Informamos que novos questionamentos devem ser objeto de novo pedido de informação na plataforma Fala.BR, link: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/falabr>

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Detalhes da Manifestação

As perguntas a seguir têm a finalidade de coletar informações a respeito da aplicação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq, de acordo com a Resolução nº 43/2015 do Conselho Nacional de Arquivos-Conarq) para preservação de documentos digitais produzidos pela Instituição, classificados conforme o Código de Classificação das Atividades-Meio do Executivo Federal e Atividades-Fim das IFES.

1) A Universidade promove alguma iniciativa (mesmo em fase piloto ou experimental) para preservação digital dos documentos produzidos (criados/recolhidos) pela própria instituição no curso de suas atividades-meio e/ou atividades-fim?

Resposta: Não temos em nossa Coordenação de Arquivo Geral.

2) Se a resposta à primeira pergunta for SIM:

2.1) Há normativos internos já instituídos a respeito (e.g., política de gestão de documentos digitais, política de preservação digital)? Qual(is) especificamente e em que endereços Web estão disponíveis?

2.2) Há software RDC-Arq (Archivematica, RODA, solução própria, etc.) em operação? Qual(is) e em qual versão?

2.3) Havendo software RDC-Arq em operação, ele interopera com algum software de difusão e acesso à informação em documentos (e.g., AtoM)? Qual(is), em qual versão e em que endereço Web tal software de difusão e acesso está disponível?

2.4) Há materiais publicados (artigos, pôsteres, relatórios/manuais técnicos, etc.) relativos ao caso de uso de RDC-Arq na Instituição? Qual(is) especificamente e em que endereços Web estão disponíveis?

3) Se a resposta à primeira pergunta for NÃO:

3.1) Há alguma ação (estudo, investigação) em perspectiva (ainda que preliminar), seja em comissão, GT ou similar, visando à implantação de um ambiente de preservação de documentos arquivísticos digitais com RDC-Arq?

Resposta: Não temos conhecimento, pois esta atividade também é desenvolvida pelo Setor de Tecnologia da Universidade (Superintendência de Tecnologia).

Qual(is) ação (ões) especificamente?

Proposta de melhoria:

Local: